

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia efetua análise contínua do resultado das operações e riscos, sendo suportada pela Auditoria Interna, tendo suas Demonstrações Financeiras analisadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e revistas pelo Conselho Fiscal.

Os controles internos são supervisionados pela Auditoria Interna, conforme procedimentos existentes.

Não houve deficiências e recomendações sobre os controles internos apontados pelos auditores independentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

2016

DESTAQUE:

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1ª opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

No ambiente internacional, os mercados estão finalizando as apurações para os fechamentos de 2016 atentos aos riscos políticos que assombram todos os continentes. Indicadores da economia real têm trazido sinais de preocupações. Soma-se evidências de uma melhora mais disseminada da economia global, puxada principalmente pelo desempenho das economias desenvolvidas.

Fatores pontuais da economia nos Estados Unidos apontam para um PIB crescente de 1,6% em 2016. Houve uma acentuada piora de 0,3% da projeção em relação ao indicador divulgado em outubro de 2016 pelo FMI, causada pela alta taxa de desemprego.

Na China, o resultado projetado do PIB do quarto trimestre reforça a estabilização da economia verificada neste ano, acumulando quatro trimestres seguidos com expansão acima de 6%. Assim, a meta de crescimento de 6,7% do PIB poderá até ser cumprida em 2016.

Internamente os juros continuam em patamares elevados, há dificuldade de controle das contas públicas. A baixa atividade econômica, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo ficou comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando as reformas da Previdência e do Trabalho. O PIB projetado para fechar 2016 é uma retração de -3,5%.

As atividades da Companhia estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, sendo que a queda de atividade destes setores teve forte influência na Companhia e especialmente no PIB nacional. Vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas no ano de 2016, tiveram queda de 11%, 17,5% e 30%, respectivamente em comparação ao ano anterior.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Foi sinalizada através do boletim Focus, base Março de 2017, crescimento de 0,48% do PIB para 2017. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 4,62% e a queda dos juros. Já existem poucos sinais de crescimento, inflação em queda e corte dos juros, tentam frear o aumento do desemprego no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,10 e R\$3,30 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (janeiro de 2017), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção do PIB no Brasil em 2017, reduzindo para 0,2%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual atualizado. O Fundo manteve a estimativa de crescimento do Brasil em 2018, para 1,5%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial manterá o crescimento de 3,4% em 2017, abaixo da projeção apresentada na última atualização do relatório de novembro de 2016. Isso se deve à desaceleração da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões políticas nos principais países de economia forte.

Com o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia terá a oportunidade de expandir o mercado de rodas de alumínio para o setor automotivo, visto que por determinação de suas matrizes algumas montadoras não podem desenvolver projetos com empresas nesta situação, bem como melhorar seu fluxo de caixa através de negociações de prazos e novos limites de crédito com fornecedores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

No segmento de aço plano, a Companhia fornece rolos e “blanks” através de sua fábrica em Manaus para a fábrica de motocicletas da Honda, na mesma cidade. Na fábrica de Três Corações- MG, a Mangels fábrica eixo em “V” para determinados modelos de automóveis da Volkswagen.

Ao longo de 88 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções pessimistas na economia brasileira em 2017, a Mangels ciente dos seus desafios, pretende manter o foco na redução de despesas e custos, equilibrando a operação de forma a garantir eficiência no caixa e na sua rentabilidade.

2015

Em 2015 o Brasil enfrentou cenários econômicos desafiadores, tanto no ambiente internacional como no interno.

No ambiente internacional, a queda dos preços das commodities e a desaceleração da economia chinesa contribuíram de forma negativa, afetando os setores predominantemente exportadores da economia brasileira. Somando-se a isso, a política monetária dos Estados Unidos, de alta dos juros, também contribuiu para aumentar a preocupação do Brasil e de demais países quanto à possível fuga de capitais em direção aos EUA, bem como volatilidade da economia global.

No ambiente interno, a política econômica dos últimos anos foi pautada por uma política expansionista através de redução de impostos, congelamento de preços e o consequente déficit primário nas contas do governo, o que provocou muita incerteza quanto ao controle da inflação, provocando, inclusive a desvalorização do Real de 46,6% frente ao Dólar. E para combater a inflação decorrente destas políticas, o Banco Central foi obrigado a iniciar uma forte escalada de juros SELIC a partir de 2013, sendo que os mesmos, que estavam em 7,25% em abril daquele ano, chegaram a 14,25% a partir de julho de 2015, estando neste mesmo nível até hoje. A consequência destas medidas foi uma forte freada do ritmo da economia brasileira, principalmente no setor automobilístico, tendo como consequência muitas demissões, alta do desemprego, e redução da atividade econômica em geral. Estes fatores, portanto, criaram um cenário de grande incerteza, tanto nas decisões de investimento pelas empresas, como nos consumidores, com medo de gastar.

A lentidão da economia, a queda da demanda, os juros em patamares elevados, a dificuldade de controle das contas públicas e um cenário de alta da inflação, foram importantes fatores de compressão da rentabilidade das empresas. Com as empresas lucrando menos, a arrecadação do governo ficou comprometida, mesmo diante da urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional. E para atingir a meta de superávit primário de 2015, o Governo anunciou cortes em várias pastas do orçamento Federal e aumento de impostos, sem sucesso, o que deverá provocar efeitos negativos sobre a atividade econômica em 2016.

As atividades da Mangels estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, e a forte queda de atividade dos mesmos teve forte influência na Empresa e especialmente no PIB nacional, sendo que vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas tiveram queda de vendas de 22%, 45% e 17%, respectivamente, no ano de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O número de recuperações judiciais deferidas em todo o Brasil em 2015 foi de 1.044 registros, número 56% maior do que o registrado em 2014, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. O resultado divulgado de 2015 é o maior para o acumulado anual, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005.

Em 1º de novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. De acordo com o Plano para 2016, o pagamento de R\$43 milhões já está programado em nosso fluxo de pagamentos a credores.

PERSPECTIVAS

Foi sinalizada através do boletim Focus, base março, retração de 3,5% do PIB para 2016. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 7,97% e a continuidade de juros altos. A conjunção da falta de crescimento, alta da inflação e juros elevados, sinaliza um preocupante cenário para os negócios, com uma acentuada consequência de redução dos empregos no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central, não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,50 e R\$4,00 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (fevereiro de 2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção de queda do PIB no Brasil em 2016, alterando-a de -2,5% para -3,8%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual. O Fundo também reduziu a estimativa de crescimento do Brasil em 2017, de 0,5%, para 0%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial crescerá 3,4% em 2016, projeção igual àquela estimada no relatório atualizado de outubro de 2015. Isso se deve à desaceleração e desequilíbrio da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões em algumas das grandes economias emergentes.

Para a Mangels, o ano de 2016 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios. A Companhia continua envidando esforços para implementar as etapas do Plano de Recuperação Judicial, detalhado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e divulgadas em 31 de março de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e na condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

Com relação ao segmento de aço, na qual a Companhia está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local da Honda, a maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 87 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira. Apesar de projeções de queda da economia brasileira em 2016, a Mangels pretende, no mínimo, repetir os volumes de 2015, e buscará o crescimento em 2016.

A despeito do cenário macroeconômico não favorável, a Companhia está ciente dos seus desafios e está confiante na retomada da lucratividade e a sua recuperação.

2014

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua previsão de crescimento para a economia mundial, esperando agora uma redução para 3,5% em 2015 e de 3,7% em 2016, em vez dos 3,8% e 4%, em relação aos percentuais anunciados em outubro. Para o Brasil, o Fundo prevê 2015 com crescimento de apenas 0,3%, uma redução drástica em relação ao avanço do PIB de 1,4% anunciado em outubro passado.

No Brasil foi sinalizado, através do boletim Focus, crescimento de 0,15% do PIB para 2015. Ante a baixa expectativa de crescimento econômico o mercado sinaliza uma projeção de inflação de 8,18%, com pequeno viés de alta em relação à última projeção, e a continuidade de juros altos. A conjunção entre baixo crescimento, alta da inflação e juros elevados em 13,25% a.a., é o mais temível cenário para os negócios que deveriam implicar em ajustes significativos nas políticas econômicas vigentes. O Governo admite que ajustes nas políticas monetária e fiscal, são fundamentais para manter o equilíbrio e as melhores condições macroeconômicas.

A crise hídrica coloca o Brasil cada vez mais próximo do racionamento de energia elétrica e água, mas ainda não foi demonstrado nenhum plano para que tais fatos não ocorram.

Em relação a Política cambial, fica mais claro que tanto o Ministério da Fazenda quanto do Banco Central, não desejam valorizações do real que possam ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica, o que deve manter o dólar na casa dos R\$ 3,00.

O cenário apresentado para 2015 leva a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitirá à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

PERSPECTIVAS

O ano de 2015 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e da condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Empresa apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, com participação no mercado de aproximadamente 46%.

Com relação ao segmento de aço na qual a Empresa está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local do maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 86 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

A Companhia está confiante na viabilidade econômica de seus negócios, e não medirá esforços para atingir o seu principal objetivo, que é de sua recuperação.

b. Estrutura de capital

Não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 está demonstrada abaixo:

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO			
<i>R\$ Milhões</i>	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	1,4	20,9	
Longo Prazo	534,0	550,6	
	535,4	571,5	-6%
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	30,1	35,2	
Títulos e valores mobiliários	3,8	2,9	
	33,9	38,1	-11%
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	501,5	533,4	-6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida está sendo paga em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo, aprovados respectivamente em 05 de dezembro de 2014 e 16 de novembro de 2016. Maiores detalhes constam divulgados no site da Companhia (www.mangels.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Para honrar os compromissos, a Companhia poderá lançar mão de quaisquer meios de captação de recursos, desde que expressamente previstos no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, dentre os quais destacamos:

- a) Alienação parcial de quaisquer ativos permanentes e/ou imobilizados;
- b) Alienação da planta de São Bernardo do Campo;
- c) Capitalização;
- d) Alteração do controle societário.

Todas as formas de captação, mencionados acima estarão sujeito à aprovação prévia dos credores reunidos em Assembleia Geral dos Credores.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Endividamento	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional	277.689	254.681
Moeda estrangeira	257.709	316.843
	<u>535.398</u>	<u>571.524</u>

A dívida será liquidada em aproximadamente 10 anos, conforme abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ano	Consolidado
	31/12/2016
2017	1.403
2018	1.254
2019	7.392
2020	10.464
2021	11.776
2022	23.909
2023	32.475
2024	107.288
2025	18.199
2026	319.721
2027 em diante	1.517
	<u>535.398</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1.(f).(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Referente a distribuição de dividendos, de acordo com o item 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas não distribuirão lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de resultado nos exercícios de 2016 x 2015 x 2014 (em R\$ mil)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	CONSOLIDADO			VARIAÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016/2015	2015/2014
Receita bruta de vendas	535.553	538.140	567.731	(2.587)	(29.591)
Mercado interno	497.856	519.097	542.886	(21.241)	(23.789)
Mercado externo	37.697	19.043	24.845	18.654	(5.802)
Imposto sobre vendas e serviços	(108.020)	(110.663)	(117.790)	2.643	7.127
Receita operacional líquida	427.533	427.477	449.941	56	(22.464)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.243)	(393.782)	(403.257)	11.539	9.475
Lucro operacional bruto	45.290	33.695	46.684	11.595	(12.989)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(7.662)	(9.767)	(11.811)	2.105	2.044
Gerais e administrativas	(34.040)	(32.918)	(34.843)	(1.122)	1.925
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.672	4.368	(14.634)	(2.696)	19.002
	(40.030)	(38.317)	(61.288)	(1.713)	22.971
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.260	(4.622)	(14.604)	9.882	9.982
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	2.714	4.390	6.758	(1.676)	(2.368)
Despesas financeiras	(50.234)	(46.782)	(26.504)	(3.452)	(20.278)
Variações monetárias e cambiais	47.253	(95.347)	(9.122)	142.600	(86.225)
	(267)	(137.739)	(28.868)	137.472	(108.871)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.993	(142.361)	(43.472)	147.354	(98.889)
Imposto de renda e contribuição social	(395)	(1.277)	(883)	882	(394)
Corrente	(534)	(1.512)	(883)	978	(629)
Diferido	139	235	-	(96)	235
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.598	(143.638)	(44.355)	148.236	(99.283)

Análise do resultado consolidado do ano de 2016 versus o ano de 2015

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	2016	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta	151,5	141,5	131,3	111,3	535,6	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1
Receita Líquida	123,1	113,2	103,8	87,4	427,5	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5
Mercado Interno	112,0	98,5	96,9	82,4	389,8	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5
Mercado Externo	11,1	14,7	6,9	5,0	37,7	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0
CPV	(110,0)	(99,3)	(93,4)	(79,5)	(382,2)	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)
Lucro Bruto	13,1	13,9	10,4	7,9	45,3	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7
Margem Bruta	10,6%	12,3%	10,0%	9,0%	10,6%	0,6%	14,5%	10,4%	5,5%	7,9%
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,7)	(10,1)	(10,2)	(10,7)	(41,7)	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)
Outras receitas (despesas)	2,0	(0,1)	1,7	(1,9)	1,7	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4
Lucro (Prejuízo) Operacional	4,4	3,7	1,9	(4,7)	5,3	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)
Resultado Financeiro	15,5	13,1	(15,5)	(13,4)	(0,3)	(50,7)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)
Despesa Financeira	(11,8)	(11,8)	(13,3)	(13,3)	(50,2)	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)
Receita Financeira	0,8	0,6	0,4	0,8	2,6	0,42	1,9	0,8	1,3	4,4
Variação cambial líquida	26,5	24,3	(2,6)	(0,9)	47,3	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19,9	16,8	(13,6)	(18,1)	5,0	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)
Imposto de renda e contribuição social	-	(3,8)	3,6	(0,2)	(0,4)	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	19,9	13,0	(10,0)	(18,3)	4,6	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)
EBITDA	9,2	8,4	6,3	0,3	24,2	(4,6)	9,1	5,9	5,1	15,5

As **vendas brutas consolidadas** da Companhia no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, as vendas brutas acumuladas no ano de 2016 ficaram somente 0,5% abaixo do valor do mesmo período do ano anterior, apesar da forte contração dos principais segmentos onde a Mangels atua, conforme citado anteriormente no cenário econômico.

As **vendas líquidas consolidadas** de R\$ 87,4 milhões no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 3,7% em relação aos R\$ 90,8 milhões do mesmo período de 2015. Coincidentemente, o valor acumulado de R\$ 427,5 no ano de 2016 repete o valor do ano anterior se mantendo no mesmo patamar, destaque ao crescimento de 98% das exportações, preponderantemente no mercado de Rodas.

O **lucro bruto consolidado** alcançou R\$ 7,9 milhões no 4º trimestre de 2016, o que contribuiu para um valor expressivo de R\$ 45,3 milhões no valor acumulado no ano de 2016, com 34% de aumento em relação ao mesmo período de 2015, apesar de um faturamento líquido que manteve o mesmo patamar do ano anterior. Isso representa um aumento de 2,7 pontos percentuais na margem bruta chegando em 10,6%. Este desempenho foi possível graças às ações de reestruturação da fábrica que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 41,7 milhões no ano de 2016 e R\$ 42,7 milhões no período do ano anterior, resultando assim em redução no valor acumulado do ano em R\$ 1 milhão, equivalente a 2,3%. Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** de R\$ 5,3 milhões no ano de 2016, em forte contraste ao prejuízo de R\$ 4,6 milhões no mesmo período em 2015.

O **EBITDA** acumulado no ano de 2016 foi de R\$ 24,2 milhões, versus R\$ 15,5 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de R\$ 8,7 milhões, ou seja, 56% superior ao resultado do ano anterior. Esse aumento seria ainda maior se o governo não tivesse alterado o cálculo da desoneração da folha de pagamento para 2016, que prejudicou a maior parte das empresas, principalmente as indústrias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 0,3 milhões acumulado no ano de 2016 foi irrelevante, frente ao alto valor negativo de R\$ 137,7 milhões verificado no mesmo período do ano anterior. Esta melhoria se deu principalmente pela valorização do Real frente ao Dólar, o que provocou uma diminuição do valor da dívida, devido aos financiamentos em dólar. Este fator provocou, portanto, o reconhecimento de R\$ 47,3 milhões de receita de variação cambial, frente à despesa de R\$ 95,2 milhões no ano anterior. Estes valores não afetam o caixa da Companhia no curto prazo, pois praticamente toda a dívida da companhia é de longo prazo.

Portanto, devido às melhorias já mencionadas, **o resultado final consolidado das operações** no ano de 2016 apresentou um lucro de R\$ 4,6 milhões, bastante expressivo se comparado ao prejuízo de R\$ 143,6 milhões no ano anterior.

Análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus o ano de 2014

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1º Trim 2015	2º Trim 2015	3º Trim 2015	4º Trim 2015	Acumulado 2015	1º Trim 2014	2º Trim 2014	3º Trim 2014	4º Trim 2014	Acumulado 2014
Receita Bruta	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1	134,7	147,8	153,7	131,5	567,7
Receita Líquida	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5	108,7	118,6	118,3	104,3	449,9
Mercado Interno	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5	102,9	109,4	113,9	98,9	425,1
Mercado Externo	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0	5,8	9,2	4,4	5,4	24,8
CPV	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)	(97,4)	(106,0)	(106,5)	(93,4)	(403,3)
Lucro Bruto	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7	11,3	12,6	11,8	10,9	46,6
Margem Bruta	0,6%	14,5%	10,4%	5,5%	7,9%	10,4%	10,6%	10,0%	10,5%	10,4%
Despesas Operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)	(10,0)	(12,9)	(11,8)	(11,9)	(46,7)
Outras receitas (despesas)	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4	(1,0)	(1,8)	(1,3)	(10,5)	(14,6)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)	0,3	(2,1)	(1,4)	(11,5)	(14,7)
Resultado Financeiro	(50,8)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)	(3,2)	(4,7)	(29,7)	8,8	(28,8)
Despesa Financeira	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)	(9,7)	(10,0)	(10,7)	3,9	(26,5)
Receita Financeira	0,4	1,9	0,8	1,3	4,4	0,5	0,4	1,0	5,0	6,8
Variação cambial líquida	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)	6,1	4,9	(20,0)	(0,1)	(9,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)	(2,9)	(6,8)	(31,0)	(2,8)	(43,5)
Imposto de renda e contribuição social	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)	(0,2)	(0,3)	(0,1)	(0,3)	(0,9)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)	(3,3)	(6,9)	(31,1)	(3,1)	(44,4)
EBITDA	(4,9)	8,9	6,4	5,1	15,5	4,5	2,7	4,1	(6,4)	4,9

As **vendas brutas** consolidadas da Companhia apresentaram uma redução de 14% no 4º trimestre de 2015 e de 5% no acumulado do ano de 2015, quando comparadas ao mesmo período de 2014. Isto ocorreu devido às reduções nos segmentos que atua, conforme citados no cenário econômico.

As **vendas líquidas** consolidadas de R\$ 90,8 no 4º trimestre de 2015 e de R\$ 427,5 milhões no ano de 2015 tiveram reduções de 13% e 5% respectivamente. O forte impacto neste trimestre foi ocasionado pela drástica queda do negócio de Cilindros, principalmente na venda de botijões novos, com uma queda de mercado em torno de 35%.

O **lucro bruto** consolidado alcançou R\$ 5 milhões no 4º trimestre de 2015 e 33,7 milhões no ano de 2015, atingindo o percentual de 7,9% de margem bruta.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 8,5 milhões no 4º trimestre de 2015 e R\$ 42,7 milhões no ano de 2015, versus R\$ 11,9 milhões no 4º trimestre de 2014 e R\$ 46,7 milhões no ano de 2014, refletindo uma redução de 29% e 9% respectivamente, reflexo das ações de reestruturação da Companhia na redução de custos e adequações ao mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** negativo no ano de 2015, de R\$ 4,6 milhões, muito abaixo do prejuízo de R\$ 14,7 milhões no mesmo período de 2014.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 137,7 milhões no ano de 2015 foi muito superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, sendo que esse aumento se deu principalmente pela desvalorização expressiva de 46,6% do Real frente ao Dólar, o que provocou o reconhecimento de R\$ 95,2 milhões de aumento no saldo da dívida quando convertidos para Reais e a consequente despesa de variação cambial em seu resultado. Este efeito não afeta o caixa da Companhia no curto prazo, que tem quase toda a sua dívida de principal e juros registrados como financiamento de longo prazo.

O **resultado final** consolidado das operações no ano de 2015 apresentou um prejuízo de R\$ 143,6 milhões, fortemente impactado pelo Resultado Financeiro.

O **EBITDA** do ano de 2015 foi de R\$ 15,5 milhões, versus R\$ 4,9 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de 216%.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos exercícios de 2016 x 2015 x 2014 (em R\$ mil)

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIAÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	30.125	35.236	42.631	(5.111)	(7.395)
Títulos e valores mobiliários	3.784	2.934	2.992	850	(58)
Contas a receber de clientes	40.027	32.237	34.727	7.790	(2.490)
Estoques	43.849	58.336	53.997	(14.487)	4.339
Tributos a recuperar	14.723	19.702	20.383	(4.979)	(681)
Despesas antecipadas	1.512	377	353	1.135	24
Outros ativos	7.552	9.302	13.089	(1.750)	(3.787)
Total do ativo circulante	141.572	158.124	168.172	(16.552)	(10.048)
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado destinado a venda	66.998	71.007	75.978	(4.009)	(4.971)
Tributos a recuperar	-	432	2.109	(432)	(1.677)
Depósitos judiciais	10.413	11.244	9.528	(831)	1.716
Outros ativos	288	771	759	(483)	12
Imobilizado	140.594	149.528	151.289	(8.934)	(1.761)
Intangível	3.893	6.087	9.790	(2.194)	(3.703)
Total do ativo não circulante	222.186	239.069	249.453	(16.883)	(10.384)
TOTAL DO ATIVO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO	CONSOLIDADO			VARIAÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.880	16.478	22.715	2.402	(6.237)
Empréstimos e financiamentos	1.403	20.916	1.299	(19.513)	19.617
Salários e encargos sociais	16.394	14.620	11.572	1.774	3.048
Tributos a recolher	5.267	2.804	1.742	2.463	1.062
Tributos parcelados	1.231	1.004	1.286	227	(282)
Contas a pagar - descontinuidade de negócios	13.452	21.068	18.302	(7.616)	2.766
Outros passivos	5.542	12.788	19.106	(7.246)	(6.318)
Total do passivo circulante	62.169	89.678	76.022	(27.509)	13.656
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.137	20.832	26.600	(2.695)	(5.768)
Empréstimos e financiamentos	533.995	550.608	436.189	(16.613)	114.419
Provisão para riscos e discussões judiciais	26.627	26.799	24.166	(172)	2.633
Tributos parcelados	9.261	3.067	4.077	6.194	(1.010)
Outras contas a pagar	6.997	4.235	4.959	2.762	(724)
Total do passivo não circulante	595.017	605.541	495.991	(10.524)	109.550
TOTAL DO PASSIVO	657.186	695.219	572.013	(38.033)	123.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Resultados abrangentes	10.491	10.761	11.216	(270)	(455)
Prejuízos acumulados	(475.192)	(480.060)	(336.877)	4.868	(143.183)
Total do patrimônio líquido	(293.428)	(298.026)	(154.388)	4.598	(143.638)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2016 em comparação com o ano de 2015**Principais contas do Ativo:**

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$5,1 milhões em 2016 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - o aumento de R\$7,8 milhões foi em decorrência da diminuição do valor de faturamento de consignado em relação ao ano anterior, que reflete na conta de estoque como citado abaixo.
- ✓ *Estoques* – redução de R\$14,5 milhões em 2016 em relação ao ano de 2015 é decorrente de estoque de consignado com volumes menores que o ano anterior devido as oscilações do mercado e estratégias de vendas.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$1,7 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2016 era de R\$535,4 milhões versus R\$571,5 milhões em 2015, a redução é decorrente do pagamento de juros e principal a credores, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial e da variação cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2016 o valor registrado foi de R\$37,0 milhões versus R\$37,3 milhões em 2015, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2016. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	Consolidado
	31/12/2016
2017	18.880
2018	5.364
2019	5.364
2020	3.462
2021	1.561
2022	1.561
2023	825
	<hr/> 37.017

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2015 em comparação com o ano de 2014**Principais contas do Ativo:**

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$ 7,4 milhões em 2014 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de fornecedores.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - a redução de R\$ 2,5 milhões foi em decorrência de redução das vendas em 2015, quando comparado a 2014, conforme comentado do tópico receita de vendas - análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus 2014.
- ✓ *Estoques* – aumento de R\$ 4,3 milhões em 2015 em relação ao ano de 2014 é decorrente de estoque estratégico devido as oscilações do mercado.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$ 3,8 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2015 era de R\$ 571,5 milhões versus R\$ 437,5 milhões em 2014, o aumento registrado é decorrente basicamente da variação cambial dos empréstimos atrelados a moeda norte americana.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2015 o valor registrado foi de R\$ 37,3 milhões versus R\$49,3 milhões em 2014, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2015. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado
	31/12/2015
2015	-
2016	16.478
2017	5.408
2018	5.366
2019	5.366
2020	1.564
2021	1.564
2022	1.564
	37.310

- ✓ *Provisão para riscos e discussões judiciais*- o aumento de R\$ 2,6 milhões é referente a créditos de ICMS e de contribuições previdenciárias que a Companhia vem compensando e por conservadorismo efetua a provisão no mesmo montante.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Comentários dos negócios

RODAS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	79,9	74,6	74,3	66,0	294,8	68,7	81,0	82,8	70,7	303,2
Receita Líquida	65,1	60,7	59,8	52,6	238,2	54,7	63,6	65,6	56,0	239,9
Mercado Interno	55,2	48,3	52,8	47,7	204,0	50,0	59,0	61,8	52,5	223,3
Mercado Externo	9,9	12,4	7,0	5,0	34,3	4,7	4,6	3,8	3,5	16,6
CPV	(61,8)	(56,8)	(56,0)	(48,2)	(222,8)	(62,8)	(56,2)	(60,4)	(56,8)	(236,2)
Lucro Bruto	3,3	3,9	3,8	4,4	15,4	(8,1)	7,4	5,2	(0,8)	3,7
Margem Bruta	5,1%	6,4%	6,4%	8,4%	6,5%	-14,8%	11,6%	7,9%	-1,4%	1,5%

O mercado automotivo, segmento no qual o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 2.062 mil unidades no ano de 2016 versus 2.313 mil unidades, para o mesmo período de 2015, provocando uma queda de 11%, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

No entanto, o faturamento líquido acumulado no ano de 2016 do negócio de Rodas foi de R\$ 238,2 milhões, muito próximo aos R\$ 239,9 milhões do ano de 2015, apesar da desaceleração que o setor automotivo vem atravessando. O lucro bruto foi de R\$ 15,4 milhões no ano de 2016, comparado com R\$ 3,7 milhões no ano anterior, significando uma melhoria expressiva. Da mesma forma, a margem bruta evoluiu de 1,5% no ano de 2015 para 6,5% no ano de 2016. Esta excelente melhoria é decorrente da estratégia tomada pela Companhia de investir em melhor gestão de produtividade dos equipamentos e dos colaboradores.

CILINDROS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	64,1	59,0	50,4	38,6	212,1	59,3	59,9	34,6	34,1	187,9
Receita Líquida	51,0	45,5	37,8	29,0	163,3	44,7	45,8	26,7	27,1	144,3
Mercado Interno	49,9	43,1	37,9	28,9	159,8	44,7	43,7	26,7	26,8	141,9
Mercado Externo	1,1	2,4	-	(0,1)	3,4	-	2,1	-	0,3	2,4
CPV	(40,9)	(36,1)	(31,7)	(25,7)	(134,4)	(38,6)	(35,5)	(23,6)	(21,9)	(119,6)
Lucro Bruto	10,1	9,4	6,1	3,3	28,9	6,1	10,3	3,1	5,2	24,7
Margem Bruta	19,8%	20,7%	16,1%	11,4%	17,7%	13,6%	22,5%	11,6%	14,1%	17,1%

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP e de separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

As empresas que atuam no setor de GLP aumentaram a sua demanda por botijões novos e, por outro lado, diminuíram a demanda por serviços de requalificação, em relação a 2015.

O mercado de veículos pesados caiu fortemente, provocando uma queda de 17% nas vendas de reservatórios de ar, o que impactou seriamente a rentabilidade deste produto.

Desta forma, a receita líquida do ano de 2016 atingiu R\$ 163,3 milhões, apresentando aumento de 13,2% comparado ao mesmo período de 2015. Mesmo com todas as adversidades, o lucro bruto foi de R\$ 28,9 milhões no ano de 2016 com uma excelente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

margem bruta, que evoluiu para 17,7%. Esse excelente desempenho é devido, principalmente, à maior diluição dos custos fixos da fábrica.

AÇOS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	7,5	7,9	6,6	6,6	28,6	16,5	10,7	11,8	8,0	47,0
Receita Líquida	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
Mercado Interno	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
CPV	(7,2)	(6,5)	(5,6)	(5,8)	(25,1)	(12,3)	(8,9)	(10,0)	(6,7)	(37,9)
Lucro Bruto	(0,3)	0,6	0,6	-	0,9	2,7	0,5	1,3	0,7	5,2
Margem Bruta	-4,3%	8,5%	9,7%	0,0%	3,5%	18,0%	5,3%	11,5%	9,5%	12,1%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels, em Manaus, bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

A receita líquida acumulada no ano de 2016 deste segmento foi de R\$ 26 milhões, valor inferior em 39,7% às vendas do ano de 2015. A queda verificada deve-se à retração nos mercados de motocicletas e automóveis, ocasionada pelas restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Não se aplica.

- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influencia da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 (CPC 47) – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016****Relatório sem ressalvas e com ênfase**

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Encerramento do processo de Recuperação Judicial**

Chamamos a atenção para a nota explicativa no.27 – Eventos subsequentes, que descreve o processo de encerramento da Recuperação Judicial a qual a Companhia estava sujeita até 17 de março de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de recuperação judicial

(Conforme notas explicativas 1.1. Recuperação judicial)

A Companhia e as controladas obtiveram a homologação no pedido de recuperação judicial no dia 15 de dezembro de 2014 e em 16 de novembro de 2016 repactuou as condições do plano de recuperação por meio de aditivo. O risco mais significativo em relação ao plano de recuperação judicial está relacionado ao cumprimento de todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes das condições do plano de recuperação judicial, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes do plano de recuperação judicial, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade;
- Testamos a liquidação financeira das obrigações de curto prazo ocorridas dentro do exercício, certificando o cumprimento do fluxo de pagamento estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial;
- Testamos o registro contábil dos efeitos da repactuação do plano realizada em 16 de novembro de 2016;
- Testamos e avaliamos o fluxo de caixa além de premissas e medidas adotadas pela Administração da Companhia, para os próximos doze meses, de forma a checar se a Companhia, com base nas suas operações e nos desembolsos previstos, tem capacidade de honrar referidos passivos, visando a manutenção do equilíbrio financeiro e operacional.

Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

(Nota Explicativa nº 15 – “Empréstimos e financiamentos”)

A Companhia e as controladas possuem empréstimos e financiamentos obtidos junto a Instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a variação cambial e são partes integrantes ao plano de recuperação judicial.

Esse tema foi considerado um PAA, pelo fato dos riscos mais significativos estarem relacionados a exposição cambial, atualização monetária de acordo com as taxas de juros definidas no plano de recuperação judiciais, segregação de curto e longo prazo e garantias reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração e monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes;
- Realizamos testes nos contratos vigentes e obtivemos evidências sobre a liquidações realizadas dentro do exercício;
- Confirmamos junto as instituições financeiras os saldos em 31 de dezembro de 2016.
- Revisamos a devida divulgação nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Companhia, e apresentadas como informação e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015**Relatório sem ressalvas e com ênfase**

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Financial Reporting Standards - IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 143.638 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 480.060 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014**Relatório sem ressalvas e com ênfase**

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2014,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 44.355 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 336.877 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram, anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado de 14 de abril de 2014, contendo abstenção de opinião, em decorrência de ressalvas referente aos seguinte assuntos: (i) falta de aprovação do plano de recuperação judicial; (ii) continuidade operacional; (iii) não preparação de demonstrações contábeis em base de liquidação e (iv) incerteza quanto a realização dos ativos e pagamento dos passivos, assuntos estes endereçados substancialmente, com a aprovação do plano de recuperação judicial em 2015, não resultando em impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 27 de março de 2015.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ Ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ Receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.

- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros**Classificação**

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

- (b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes).

Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- c) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na nota explicativa 14.

	Software	Desenvolvimento de sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método amortização utilizado	Linear	Linear

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item das despesas, conforme o caso;
- ✓ Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- ✓ Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializado (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- ✓ Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- ✓ Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- ✓ Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- ✓ Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na nota explicativa nº 23.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fruirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. Investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Investimentos em 2016:

Foram investidos em 2016 R\$ 8.962 mil, referente a automação e manutenção das plantas de Rodas e Cilindros.

ii. fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.**

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.